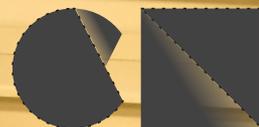


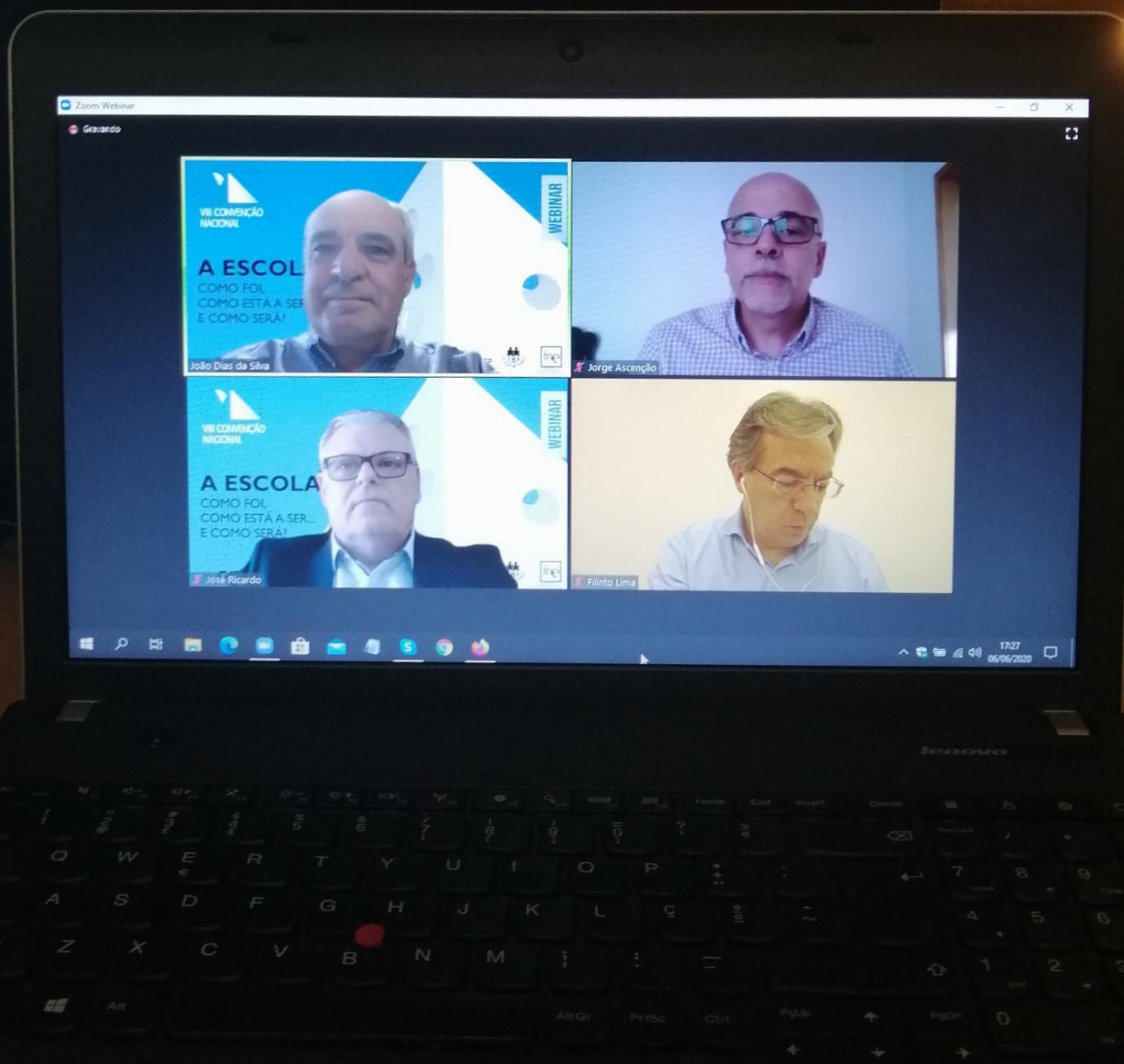
JUNHO 2020

Diretor:  
João Dias da Silva

# PREPARAR A ESCOLA PARA FUTUROS INCERTOS COM PROFISSIONAIS MOTIVADOS



VIII CONVENÇÃO  
NACIONAL



# e ditorial

## Nos momentos difíceis dizemos PRESENTE! Falta agora o reconhecimento e a valorização

Toda a sociedade e muitos membros do Governo afirmaram que neste difícil momento que o País está a atravessar foi essencial o setor da Educação. Por todos foi reconhecido que educadores, professores, trabalhadores não docentes se desdobraram em empenho e inovação, para que o maior número possível de alunos se mantivesse em ligação com as suas escolas.

Mas, apesar das palavras tantas vezes ditas e reditas, sentimo-nos muitas vezes desamparados e confusos com orientações contraditórias, e tantas vezes em situações desconfortáveis em relação aos nossos alunos e respetivos pais e encarregados de educação, as mais das vezes em resultado da insuficiência de orientações claras por parte da Administração.

A verdade é que o esforço realizado foi intensíssimo e chegamos ao final do ano letivo com muitos professores completamente esgotados. E a escassos dois meses e meio do início do próximo ano letivo, não sentimos que da parte da Administração educativa haja a perceção completa da dimensão dos problemas com que vamos estar confrontamos e sobretudo com a garantia da disponibilização dos recursos humanos e materiais que forem indispensáveis para assegurar as respostas adequadas.

Como é seu timbre, a FNE intervirá construtivamente na identificação das soluções que forem ajustadas para a situação que se viver no próximo ano letivo, com a flexibilidade que vai ser indispensável em função do desenvolvimento da situação sanitária.

É indispensável que se tenha consciência de que nos momentos difíceis que vivemos, a Educação disse Presente. Agora é indispensável que, para além das palavras, haja ações concretas de reconhecimento e valorização de todos quantos trabalham em Educação, através de políticas que tenham em conta as suas legítimas aspirações. Educadores e professores e trabalhadores de apoio educativo de todos os Setores de ensino **consideram indispensável que haja respostas para os problemas concretos sistematicamente identificados e que têm sido sucessivamente apresentados ao Governo, até agora sem qualquer disponibilidade para os resolver, em termos de carreiras, rejuvenescimento, precariedade, formação, qualidade de vida, saúde, aposentação.** Agora é preciso que estas questões sejam reconhecidas e que se valorizem as carreiras de quantos trabalham em Educação.

Temos de ser reconhecidos e valorizados para continuarmos a garantir um serviço público de Educação de qualidade.

João Dias da Silva  
Secretário-Geral



## NESTA EDIÇÃO

**P.2** - EDITORIAL | **P.3 À P.7** - VIII CONVENÇÃO NACIONAL | **P.8, P.9** - FNE SAÚDOU O DIA MUNDIAL DA CRIANÇA E PEDIU ALARGAMENTO DA OFERTA EDUCATIVA PARA OS 0-3 ANOS | **P.10, P.11** - FNE PROMOVE AÇÕES DE CLARIFICAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO EM EDUCAÇÃO | **P.12, P.13** - SÉRGIO TENREIRO DE MAGALHÃES NO WEBINAR SOBRE TELETRABALHO | **P.14 À P.17** - PAULO SANTIAGO NO WEBINAR SOBRE A AVALIAÇÃO DO ALUNO | **P.18** - FNE APRESENTOU PROPOSTAS PARA LANÇAMENTO DE NOVO ANO LETIVO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS | **P.19** - FNE PEDIU TRANSPARÊNCIA NO ACESSO AOS 5º E 7º ESCALÕES | **P.20** - FNE INSISTIU NA CONCRETIZAÇÃO DA REMOÇÃO TOTAL DO AMIANTO NAS NOSSAS ESCOLAS | **P.21** - NO COMBATE À CRISE, A EDUCAÇÃO TEM DE SER UMA PRIORIDADE | **P.22** - O QUE APRENDEMOS NESTA PANDEMIA? | **P.23, P.24** - DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA JUNHO DE 2020 | **P.25 À P.27** - +VANTAGENS FNE

WEBINAR

VIII CONVENÇÃO  
NACIONAL

6 JUNHO 2020

17:30H (Duração de 1h30m)

# A ESCOLA

COMO FOI,  
COMO ESTÁ A SER...  
E COMO SERÁ?

4 PONTOS DE VISTA



Filinto Lima  
ANDAEP



Jorge Ascensão  
CONFAP



João Dias da Silva  
FNE



Alunos  
ESCOLAS

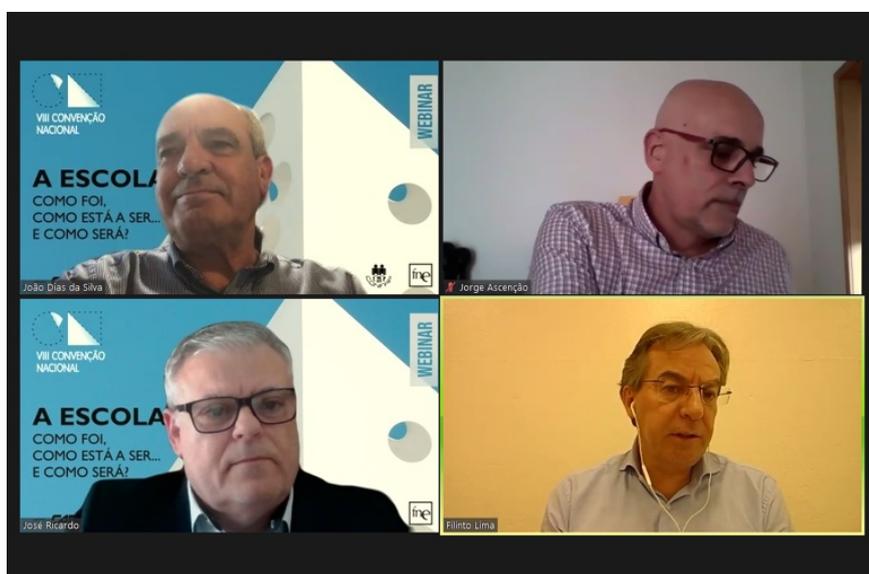
APOIO: **CANAL**

ORGANIZAÇÃO:



## VIII Convenção Nacional FNE/CONFAP/ANDAEP

# A Escola como foi, como está a ser... e como será?



Pela primeira vez em formato de videoconferência, decorreu no dia 6 de junho de 2020 a VIII Convenção Nacional organizada pela FNE (Federação Nacional da Educação), CONFAP (Confederação Nacional das Associações de Pais) e ANDAEP (Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas), desta vez com o tema “A Escola como foi, como está a ser...e como será?”.

José Ricardo Nunes, Vice-Secretário-Geral da FNE, foi o moderador desta iniciativa, que teve como oradores convidados João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG) da FNE, Jorge Ascensão, Presidente do Conselho Executivo da CONFAP e Filinto Lima, Presidente da ANDAEP, acrescentando-se ainda a participação de quatro alunos: Ana Fernandes, da Escola D. Afonso III, de Vinhais (12º ano), Carlota

Afonso, da Escola Secundária Amato Lusitano, de Castelo Branco (10º ano), Francisco Santos, aluno na Escola Secundária Augusto Gomes, de Matosinhos (12º ano) e Ana Raimundo, que é aluna na Escola Secundária de Carcavelos (11º ano) e que intervieram nos temas em questão, através de vídeos pré-gravados para o efeito.

Na abertura, José Ricardo Nunes destacou que a Convenção “pretende contribuir para determinar o caminho das escolas num presente já cheio de desafios, assim como para o futuro, em busca de respostas educativas apropriadas, no período pós-pandemia COVID-19”, lançando em seguida o debate questionando os convidados sobre a ideia de que “este coronavírus está a funcionar como um *acelerador de futuro* e se o nosso sistema de ensino estava prepara-

do para a experiência do ensino a distância”.



**FILINTO LIMA: UM ENSINO DE EMERGÊNCIA**

Filinto Lima considerou que muitos pais anteciparam os problemas e, antes ainda da Organização Mundial de Saúde – OMS ter considerado o COVID-19, já muitos deles optavam por impedir a ida dos filhos à escola, como que a adivinhar a decisão que aí viria.

O Presidente da ANDAEP referiu que “este foi mais um ensino de emergência que a distância, um ensino para este tempo concreto e desejava muito que em setembro já estivéssemos todos nas escolas a trabalhar”, sublinhando que “o Ministério da Educação (ME) deixou os professores a trabalhar um pouco por conta própria porque todos fomos apanhados de surpresa. Mas a necessidade aguçou o engenho e muitos professores fizeram emergir o profissionalismo e todos estivemos na linha da frente, num momento muito delicado”.

Já para o SG da FNE, João Dias da Silva, foi necessário encontrar respostas para novos desafios neste período de pandemia "para o qual não era possível existir qualquer tipo de preparação. E a verdade é que se demonstrou que foi possível encontrar essas respostas e com características interessantes e de inovação naquilo que eram as práticas instituídas nas nossas escolas, que são normalmente avessas a mudanças. Há aqui três caminhos que se devem seguir: avaliar o resultado do que foi feito, identificar o que se pode aproveitar para o futuro e integrar nas práticas aquilo que foi a inovação utilizada e que consideremos útil para o futuro".

Relativamente ao papel dos pais na Educação dos filhos durante a quarentena, Jorge Ascensão salientou que "acima de tudo temos de começar a dar ouvidos ao que os alunos têm para nos dizer sobre o Ensino e tentar perceber se estamos a seguir o melhor caminho para os manter interessados e ligados no sistema de aprendizagem. Mas esta fase mostrou o quanto é importante acompanhar os filhos no que ao Ensino diz respeito. A Educação hoje tem de ser feita necessariamente com todos. E eu espero que esta reflexão sobre o ensino a distância faça transformar o papel dos pais, sendo que isso depende da escola, dos padrões/empregadores, das empresas, do ME e de uma política de família que depende essencialmente dos pais".

Sobre as oportunidades que o Ensino a distância pode proporcionar, Filinto Lima destacou a importância que o digital pode ter no processo de aprendizagem, mas também no desenvolvimento das competências tecnológicas, pois "hoje, junho, temos professores e alunos com muitas mais competências do que em março, mas é necessária formação para todos, assim como computadores de qualidade nas escolas".

O líder da ANDAEP considerou ainda que "esta é uma oportunidade para os pais encontrarem uma forma de equilíbrio entre o material e o digital na questão do peso das mochilas, mas também para diminuir o trabalho burocrático dos professores".



**JOÃO DIAS DA SILVA:  
"É PRECISO ACABAR COM O  
ENSINO UNIDIRECIONAL"**

A formação de professores, quer inicial, quer contínua, esteve também em debate, levantando-se a dúvida se esta formação soube antecipar e adaptar-se à mudança ou se segue uma linha conservadora, avessa a mudanças. João Dias da Silva defendeu que "não foi esta circunstância

que veio trazer a necessidade de tal mudança. É necessário mudarmos o paradigma nas escolas e acabar com o ensino unidirecional, que é feito para todos os alunos ao mesmo tempo, mudando para uma lógica de escola que trata cada aluno na sua individualidade. E isto pressupõe alterações na formação inicial e contínua dos professores", antecipando ainda que "a valorização do papel do professor, da sua profissionalidade, competência e saber, é algo que tem que ser tido em conta e que tem que ser um objetivo a alcançar".

José Ricardo lançou também para o debate as condições de trabalho dos educadores e professores, como a desregulação do tempo de trabalho, mas também algo que o ensino a distância tornou mais evidente, nomeadamente incidentes de assédio moral, indisciplina e violência verbal por entre as câmaras de vídeo durante as aulas.

Para João Dias da Silva, quando se entra no domínio do teletrabalho a questão do tempo de trabalho atravessa vários setores profissionais, mas deixou a garantia de que "a FNE terá um papel decisivo na clarificação das regras do teletrabalho, como o reconhecimento do *Direito a desligar*. O digital tem de ser encarado como um complemento e não como o modo de vida das pessoas, pois não há nada que substitua uma aula presencial", afirmou.



**JORGE ASCENÇÃO:**  
**“TEMOS DE TER**  
**DISPONIBILIDADE PARA A**  
**MUDANÇA”**

Mas o momento é do digital e a ausência de recursos para todos os professores e alunos potencia as assimetrias em Educação.

Como se pode então combater este problema? Para Jorge Ascensão "a verdade é que ouvimos os alunos e percebemos que tudo isto começou de forma difícil, que evoluiu e que agora já está mais estável. Não sei se algum dia conseguiremos esbater as desigualdades, assim como outras que existem no ensino presencial e na sociedade", realçando que "só conseguiremos minimizar as desigualdades encontrando respostas diferentes para conseguirmos a equidade. Como é possível andarmos a falar em mudar, mas optamos por modelos que induzem ao que já tínhamos? Precisamos de modelos e práticas

diferentes. Mas para isso temos de ter disponibilidade para a mudança".

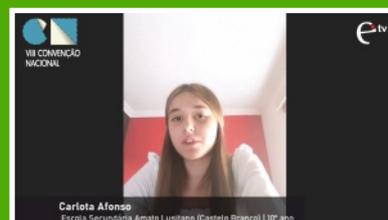
Ainda no capítulo das desigualdades, as soluções para os alunos de educação inclusiva são uma das grandes preocupações no sistema atual. Para o dirigente da CONFAP, é urgente que as crianças com necessidades educativas especiais voltem a ter o contacto próximo dos seus professores, que têm estado a fazer o melhor possível nestas circunstâncias, mas é preciso as famílias terem disponibilidade para este desafio de confiança, de forma que estas crianças não caiam numa regressão no seu processo de ensino-aprendizagem.

A cibersegurança nas aulas a distância é um problema atual, daí ser necessário, segundo Filinto Lima, seguir e fazer chegar aos professores as normas do Centro Nacional de Cibersegurança, assim como as orientações da Associação Nacional de Proteção de Dados, mas "é evidente que o ME tem de assumir esse investimento criando equipas especializadas que apoiem as suas escolas. Acima de tudo, é muito importante que as direções das escolas tenham oportunidades de formação na área da proteção de dados".

Sobre a possível revisão e adaptação dos quadros dos direitos e deveres instituídos pelo Estatuto da Carreira Docente (ECD), João Dias da Silva referiu que o ECD (a celebrar os seus 30 anos), é bem explícito desse ponto de vista, mas o que acontece é que a organização do tempo de trabalho do professor tem vindo a ser desvirtuado ao longo do tempo, na expectativa de desenvolvimento de carreira.

O SG da FNE não esqueceu uma palavra especial para os Trabalhadores Não Docentes, que considera uma parte absolutamente fundamental da escola, que têm estado expostos a situações de risco nesta fase e cujos direitos, tal como nos professores, não lhes são completamente reconhecidos, nomeadamente no que deve ser um desenvolvimento de carreira sem constrangimentos administrativos.

O SG da FNE recordou ainda que, muito tempo antes da pandemia, a organização do tempo de trabalho dos professores (nesta fase, referente ao teletrabalho) era já uma reivindicação primordial da FNE, assim como a defesa das condições de saúde dos trabalhadores da educação.



## MUDAR O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

A VIII Convenção passou a debater a questão dos exames nacionais de 12º ano, que contou com as opiniões dos alunos convidados. As opiniões divergiram, pois havia quem considerasse os exames nacionais como a forma mais justa de acesso ao Ensino Superior, mas também quem sugerisse novas formas de acesso à Universidade, como a realização de entrevistas ou uma triagem realizada pelas Instituições de Ensino Superior, em lugar dos exames.

E após serem escutadas as opiniões dos alunos do secundário, José Ricardo Nunes questionou os oradores convidados se esta não teria sido uma oportunidade para o Governo ter testado novas formas de acesso ao ensino superior. Filinto Lima considerou "não ser o momento ideal para a mudança. A FNE, a CONFAP e a ANDAEP querem provocar essa alteração, mas é preciso manter o foco na valorização e dignificação da carreira docente, na atualização da Portaria de Rácios dos Trabalhadores Não Docentes, na operacionalização da escola digital. Há aqui alguns focos pelos quais já lutamos há muitos anos e de onde não nos podemos dispersar".

Para Jorge Ascensão, o tema e as respostas dos alunos sobre a importância dos exames nacionais levantou "um pequeno equívoco: os exames nacionais não são o mais justo. O exame é mais claro, mas há outras formas e critérios mais justos, mais efi-

cazes e equitativos de acesso ao superior e isso verifica-se na taxa de abandono dos alunos no primeiro ano da faculdade, que ronda os 40%, mostrando que algo está mal no acesso, e que não vai ao encontro das expectativas dos jovens".

Já João Dias da Silva reconheceu que é pena que não oiçam os responsáveis das organizações sobre os caminhos que devem ser adotados, concordando que este não é um regime de exames que possa prevalecer e que o Governo vai ter de fazer, mais tarde ou mais cedo, "concertação e diálogo com as organizações de forma a fazer alterações. Esperemos que para o próximo ano letivo se possam encontrar novas soluções de acesso ao ensino superior, distinguindo e autonomizando o final do ensino secundário do acesso ao superior".

## TRÊS IDEIAS PARA O FUTURO DA ESCOLA

Em jeito de nota final, José Ricardo lançou aos três oradores um desafio: três ideias para o futuro da escola.

Jorge Ascensão desejou que muito do que as organizações defendem deve ser colocado em prática e "temos de ir ao encontro do perfil do aluno. A rigidez do sistema atual de ensino não se coaduna com os novos tempos. Uma escola do futuro exige-nos repensar o espaço, o tempo, o modelo como trabalhamos, mas também uma maior cumplicidade entre a escola e as famílias". Filinto Lima realçou que "é necessário a tutela apostar na

carreira docente, porque existe cada vez mais falta de professores; o ME deve também rever os modelos de avaliação dos diretores e investir na escola pública. Estas ideias podem melhorar a qualidade da escola".

A fechar, João Dias da Silva deixou um cumprimento a todos os participantes e como sugestões para o futuro assumiu ser preciso "ultrapassar a visão centralizada e centralista das políticas públicas de educação, pois a Administração Central está convencida que é ela que tem as ideias certas, não permitindo a partilha das propostas de todas as organizações; confiar nas escolas, nos seus profissionais e na partilha de responsabilidade das escolas; e para terminar deixou o desafio "de que nenhum aluno seja deixado para trás. Temos de reconhecer a importância e espaço de cada aluno, na esperança de um dia virmos a viver num sistema de educação onde todos nós, trabalhadores da educação, nos sintamos respeitados", terminou.

Esta VIII Convenção demonstrou que a escola do presente vive um tempo cheio de desafios, mas também a do futuro da aprendizagem. Todos os atores da Educação desde os professores, Trabalhadores Não Docentes, alunos, diretores, pais e encarregados de educação, todos têm que ser chamados a participar em novos conceitos, novas probabilidades e novos métodos de saber, que possam permitir uma nova visão e um melhor futuro à Educação.

# DIA MUNDIAL DA CRIANÇA 2020



www.fne.pt

## TODAS AS CRIANÇAS COM DIREITO À EDUCAÇÃO PARA A INFÂNCIA



designed by freepik

**SPZn**  
Sindicato  
Professores da Zona Norte



**SPZC**  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA ZONA CENTRO



**SDP**  
SUL

**SDPA**  
SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS  
PROFESSORES DOS AÇORES



**STAE**  
ZONA NORTE

**STAE**  
ZONA CENTRO

**STAE**  
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

# FNE saudou o Dia Mundial da Criança e pediu alargamento da oferta educativa para os 0-3 anos

A 1 de junho, Dia Mundial da Criança, o SG da FNE, João Dias da Silva, fez uma declaração saudando os alunos e trabalhadores que naquele dia voltavam às escolas, transmitindo também uma mensagem de exigência relativamente à segurança e preservação da saúde de todos e do alargamento da oferta educativa para os 0-3 anos:

"Este é um Dia Mundial da Criança muito especial porque marca o regresso às escolas de muitas crianças, Educadores e Trabalhadores Não Docentes.

Este será um desafio para todos, que a FNE assinala e chama a atenção de todos os que intervêm nestas circunstâncias para a exigência da segurança e preservação da segurança de todos.

Nesta oportunidade a FNE quer também assinalar a importância que atribui à educação para a infância numa lógica alargada, fazendo com que a etapa dos 0 aos 3 anos tenha também uma concretização plena na nossa sociedade. A FNE tem vindo a subscrever todas as iniciativas para fazer com que a educação para a infância não comece apenas aos 3 anos.

Esta é uma realidade que se torna indispensável não só para tornar real uma oferta educativa

às crianças o mais cedo possível, mas também do ponto de vista profissional para que o tempo de serviço prestado em creches por educadores de infância seja contabilizado integralmente.

E existe também o objetivo social que é o de fazer com que a oferta da educação pré-escolar, os 0-3 anos, seja garantida na máxima percentagem possível. Esta exigência da FNE também é alimentada com a qualidade dos profissionais envolvidos pois seja qual for a etapa da educação para a infância é fundamental garantirmos o mesmo nível de exigência para a qualificação inicial dos que vão trabalhar com as crianças.

Exigimos também a dotação dos Trabalhadores Não Docentes dos jardins de infância de formação adequada para o efeito, é essencial para a qualidade da educação para infância.

Em 2020, assinalar este dia, é dizer que é fundamental que

haja o alargamento da oferta educativa para os 0-3 anos e com profissionais valorizados e reconhecidos.

A Educação para a infância é uma etapa essencial para a preparação das crianças para o seu futuro enquanto cidadãos e é por isso que o investimento na educação para a infância é crucial para a qualidade do desenvolvimento da nossa sociedade."

Em forma de celebração deste Dia Mundial da Criança, a FNE traduziu para PT-PT o livro infantil "[Esperança, onde estás?](#)" que relata histórias de seis crianças, de várias partes do globo, que não podem ir à escola devido à pandemia de COVID-19.

Este projeto é uma iniciativa da Lego Foundation, e cada história mostra as frustrações e desafios que as crianças enfrentam nesta fase, mas nos quais acabam por encontrar e partilhar esperança para si e para outras pessoas.



# FNE promove ações de clarificação da regulamentação do teletrabalho em Educação

**TELETRABALHO EM EDUCAÇÃO**

www.fne.pt

- Combate à desregulação do tempo de trabalho
- Direito a desligar
- Atribuição dos recursos indispensáveis e compensação dos gastos acrescidos
- Defesa da saúde
- Investimento na formação contínua para as ferramentas digitais
- Cibersegurança
- Proteção das pessoas e dos dados individuais
- Conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal

spzn SPZC SPP SPPA SPCL SIAE SIAE SIAE

A FNE entendeu ser essencial promover a clarificação do enquadramento legal para as condições de trabalho em Educação que recorram às tecnologias da informação e da comunicação (TIC) e em que com maior ou menor flexibilidade o docente realiza trabalho presencial com os seus alunos ou o desenvolve com o apoio de ferramentas telemáticas.

O encerramento das escolas em março passado teve como consequência o recurso intensivo a diversas modalidades e ferramentas tecnológicas para permitirem o contacto dos professores com os seus alunos, em substituição da atividade letiva presencial.

Admitindo que estas circunstâncias poderão vir a continuar a desenvolver-se a partir de agora, numa nova lógica de organização do processo de ensino-aprendizagem, a FNE considerou que se tornava imprescindível uma forte intervenção sindical que tivesse por objetivos proteger a saúde e o bem-estar de todos os que coabitam nas nossas escolas (alunos, professores, técnicos/auxiliares da educação e encarregados de educação, entre outros), lançando assim a campanha "Teletrabalho em Educação".

Se é verdade que estas ferramentas revelam algumas

vantagens, a verdade é que elas não são substitutivas da atividade letiva presencial, para além de poderem dar origem à desregulação do tempo de trabalho, à sobreposição entre a vida profissional e a vida familiar e a uma maior intensidade de trabalho e consequente agravamento do desgaste físico e psíquico dos docentes.

É por estas razões que para a FNE o recurso a estas ferramentas deverá ser ocasional, complementar e não sistemático, a menos que se venha a verificar no futuro como necessário em resultado de uma reversão da situação atual.

Foi neste quadro que a FNE identificou as seguintes linhas reivindicativas para o futuro próximo, em termos de trabalho docente a realizar com recurso às TIC, nomeadamente em contexto de teletrabalho, considerando essencial que se estabeleça um espaço de negociação e de diálogo social que vise o enquadramento destas situações:

- o combate à desregulação do tempo de trabalho;
- a determinação do direito a desligar;
- a dotação dos recursos indispensáveis ao teletrabalho e à compensação dos gastos acrescidos que lhe estão associados;
- a defesa da saúde, evitando as doenças associadas ao teletrabalho;
- o investimento na formação contínua para a adequada utilização destas ferramentas digitais;
- a cibersegurança e a proteção das pessoas e dos dados individuais;
- a conciliação da vida profissional com as vidas pessoal e familiar.

A FNE sublinha que estas modalidades de trabalho têm impactos negativos nos Trabalhadores, sendo imprescindível assegurar que os dados sobre os mesmos são utilizados de forma adequada e impedindo que os padrões de tempo de trabalho prejudiquem a sua saúde e o seu bem-estar.

Para a FNE, será no âmbito da negociação coletiva e do diálogo social que se deve desenvolver a conceção e execução dos regulamentos adequados, com medidas que permitam registar, acompanhar e controlar o seu tempo de trabalho, mas promovendo de forma efetiva a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.

O direito a desligar-se deve estar previsto e regulamentado, evitando-se dessa forma a tendência para a instalação de culturas de trabalho caracterizadas pela intensidade autoimposta e pela disponibilidade constante.

As condições de defesa da saúde devem constituir outro aspeto essencial a regulamentar, em áreas como a organização do seu trabalho e do seu local de trabalho, devendo ser garantido o acompanhamento de avaliações e gestão dos riscos psicossociais, tal como o stress.

A FNE defenderá também:

- a existência de uma linha de atendimento / aconselhamento sobre cuidados básicos ao nível da saúde (ergonomia, visão, posturas corporais) em contexto de teletrabalho;
- a publicação de guias práticos (regras de etiqueta/atuação) tendo como público-alvo os docentes, alunos e pais/ encarregados de educação;
- a criação de um Portal (da responsabilidade do ME / DGE) sobre recursos educativos online;
- a criação de mecanismos (plataforma, micro website, concurso nacional) que permitam a partilha de “Boas Práticas”;
- a compensação pelo exercício da função docente em Teletrabalho.



[www.fne.pt](http://www.fne.pt)

**29** MAIO  
**21:00H**

**CANAL**



# OS DESAFIOS DO TELETRABALHO

AS NECESSIDADES  
OS REQUISITOS  
A IN(SEGURANÇA)

**WEBINAR**

**Sérgio Tenreiro de Magalhães**

Doutorado em Tecnologias e Sistemas de Informação  
Chair of Cyber Security no Champlain College, nos EUA



[facebook.com/canal4pt](https://facebook.com/canal4pt)

[WWW.CANAL4.PT](http://WWW.CANAL4.PT)

## Sérgio Tenreiro de Magalhães, no webinar AFJET/FNE: “O teletrabalho durante a pandemia é diferente do que devemos promover”

O canal4 da AFJET - Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho, promovida pela Federação Nacional da Educação (FNE) e pelos seus Sindicatos membros, realizou a 29 maio de 2020, uma conferência digital com o tema “Os Desafios do Teletrabalho – As necessidades, os Requisitos, A (in)segurança”, em que ficou evidente que o teletrabalho implantado durante a pandemia não é exatamente o que devemos promover.

Esta iniciativa contou como orador convidado com o Professor Sérgio Tenreiro de Magalhães, Professor Associado no Champlain College, nos EUA, desde 2018, onde assume as funções de Chair of Cybersecurity da Divisão online e de Program Director das licenciaturas em Cybersecurity e em Software Development e do Mestrado em Digital Forensic Science.

Perante cerca de 200 participantes, Sérgio Tenreiro de Magalhães começou por sublinhar que não podemos considerar teletrabalho "apenas como

mudar de lugar de trabalho. Há desafios e dinâmicas que nos vão ou não tornar mais produtivos", sublinhando depois vários problemas pelos quais passa quem trabalha em casa como "as questões psicossociais, em que é necessário estabelecer um plano de comunicação com colegas; as questões económicas que abrangem os custos dos equipamentos e da energia e também a parte tecnológica, onde é necessário ter quem garanta a segurança e os requisitos de produtividade”.

Outros temas em conversa passaram pela proteção de dados, a privacidade familiar de cada um, tendo sempre em conta que todas as dúvidas agora levantadas sobre o tema do teletrabalho resultam de uma emergência (COVID-19), sendo fundamental perceber que lições poderemos tirar de tudo isto por que passamos atualmente.

No domínio da Educação foram debatidas várias questões pelos participantes, que versaram em torno da questão da compra dos equipamentos para professores

e alunos, da garantia da equidade na rede de internet pelo país, da segurança de cada aula e da relação estabelecida online, assim como da vantagem de uniformização da escolha da plataforma de trabalho mais segura.

No entanto referiu que muitos dos problemas de que se fala nas diversas plataformas resultam sobretudo de uma deficiente utilização.

Sérgio Tenreiro defendeu ao longo de todo o webinar a ideia de que "é muito importante que se comece a aposta na formação em cibersegurança. Primeiro nos professores e depois aos alunos mais novos, de forma a termos uma nova geração muito mais preparada para todos os desafios perigosos que o mundo digital vai criando”.

Para este especialista, “não se pode falar em cidadania sem se falar de cibersegurança nas redes sociais”, pelo que foi perentório em afirmar “que não recomendaria ensino a distância para crianças e jovens”.



Pedro Barreiros



Sérgio Tenreiro de Magalhães

**19** JUNHO

**17:00H**

Duração: 1:30H

**CANAL**



**WEBINAR**

# **Avaliação de alunos: Oportunidade para um novo paradigma**



**Paulo Santiago**

Chefe da Divisão de Assessoria e Implementação de Políticas  
da Direção da Educação e Competências da OCDE



[facebook.com/canal4pt](https://facebook.com/canal4pt)

[WWW.CANAL4.PT](http://WWW.CANAL4.PT)

[WWW.AFIET.PT](http://WWW.AFIET.PT)

## Paulo Santiago no webinar do Canal4 da AFJET: “É preciso colocar o aluno no centro da avaliação”

---

O Doutor Paulo Santiago, chefe da Divisão de Assessoria e Implementação de Políticas da Direção da Educação e Competências da OCDE, foi o convidado do webinar do Canal4 da AFJET - Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho intitulado "Avaliação de alunos – Oportunidade para um novo paradigma", que decorreu em 19 de junho de 2020, com a moderação de Pedro Barreiros e Joaquim Santos, respetivamente Vice-Presidente e Vogal da AFJET.

Especialista de renome na análise de políticas educativas, nomeadamente as referentes à eficácia da avaliação de escolas, sistemas, de alunos e professores, Paulo Santiago defendeu um equilíbrio entre avaliação formativa e sumativa, interna e externa, num modelo avaliativo exigente que deve, hoje mais do que nunca com a pandemia do Covid-19, estar centrado no aluno, e não em medições, percentagens, notas e exames.

Pedro Barreiros fez a introdução ao webinar, deixando durante uma hora Paulo Santiago e Joaquim Santos, num diálogo que perpassou a educação antes, durante e após o Covid-19, com uma incidência final no tema do acesso ao ensino superior em Portugal e a necessidade de sua reformulação, numa reivindicação com muitos anos por parte da Federação Nacional da Educação (FNE).

Com cerca de quatrocentos participantes em modo digital, Joaquim Santos começou por relembrar os relatórios da OCDE de 2012 sobre “Políticas de Avaliação no Ensino em Portugal” e de 2013 envolvendo as “Sinergias para uma Melhor Aprendizagem”, em 28 países da OCDE, coordenados pelo próprio Paulo Santiago, em que estão referenciados oito desafios e orientações comuns, sendo um deles precisamente o desafio de colocar os alunos no centro do quadro de avaliação.

Paulo Santiago considerou que centrar a avaliação no aluno significa acima de tudo melhorar os resultados dos alunos e isso implica ainda "assegurar que as avaliações tenham impacto nas práticas docentes dentro da sala de aula, sendo ainda necessário ter em conta que os processos de avaliação têm de ser individualizados, de forma a encaixar na diversidade dos alunos. Em Portugal, nesse estudo de 2012, a OCDE concluiu que havia uma noção e um conceito de avaliação estreitos, muito focados em avaliações sumativas, e onde não existia um foco acentuado na avaliação formativa, por consequência no acompanhamento da aprendizagem e das dificuldades individuais do aluno".

Mas que implicações podemos encontrar num sistema avaliativo que não esteja centrado no aluno? Para o especialista da OCDE, a

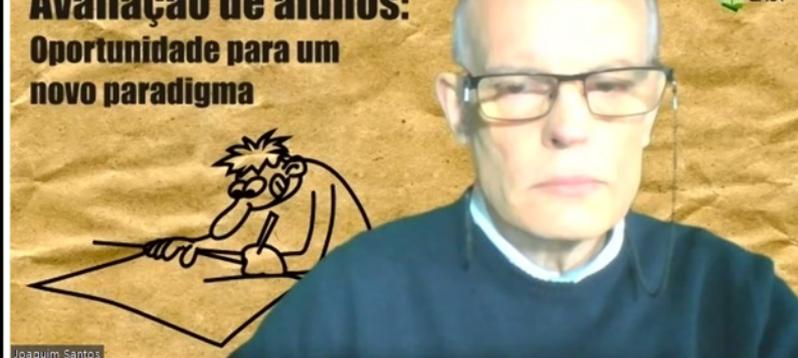
maior consequência acaba por ser "o não se reconhecer que os alunos têm necessidades diferentes, algo que o COVID-19 tornou mais visível", acrescentando ainda que "os sistemas de ensino têm de encontrar soluções para a diversidade e que os processos de ensino-aprendizagem têm obrigatoriamente de ser adaptados".

A propósito das características de uma boa avaliação formativa, Paulo Santiago referiu que "é necessário os professores levarem essa avaliação a cabo na sala de aula, sem preocupações classificativas, reconhecendo a tal diversidade e adaptando o seu trabalho, sendo um processo que procura adequar o método de ensino às dificuldades que os alunos vão demonstrando", considerando que é o docente quem deve desenhar essa avaliação com autonomia.

A conversa passou depois por temas como os efeitos da política educativa - onde o orador defendeu não ser desejável que se realizem exames de alto impacto abaixo do 11º ano - e pelo fosso de comunicação entre a tutela, os professores, as escolas, os pais e os sindicatos, com Paulo Santiago a referir que esta é uma situação que varia muito de intensidade entre os países da OCDE, mas que um bom exemplo de parcerias de diálogo social é mais comum acontecer no norte da Europa, do que no resto do continente".



Pedro Barreiros - Canal4



Joaquim Santos



Paulo Santiago

## AVALIAÇÃO EM TEMPO DE COVID-19

O diálogo entre Joaquim Santos e Paulo Santiago passou para a pandemia de COVID-19, que teve vários impactos na Educação.

Alguns mais positivos, como a capacidade de adaptação a uma nova realidade de ensino, mas outros mais negativos como o de trazer ao de cima as desigualdades que existem entre alunos, e que têm de ser tidas em conta quando acontecer (se for caso disso) o regresso presencial de todos à escola.

Para Paulo Santiago "a pandemia mostrou que não estamos preparados para uma avaliação sem presença física de alunos e professores. O COVID-19 colocou aos nossos olhos a necessidade de se criar estratégias para combater as desigualdades, mas também a de se reforçar as competências digitais".

Com o mundo nesta nova realidade, "vai ser necessário criar uma visão mais holística da avaliação, um novo paradigma para o sistema de ensino e preparar os alunos para um mundo mais difícil, onde se consiga gerir as competências sociais e emocionais, desde os alunos aos pais", defendeu o convidado, acrescentando ainda que "quando os alunos voltarem à escola, e devido ao fosso que se acentuou agora na aprendizagem, deveria ser realizada uma avaliação diagnóstica, para situar cada aluno no ponto de ensino".

Relativamente a estarmos numa época de oportunidades de mudança, ficou claro na conversa que todos concordaram com a ideia de que o sistema não estava preparado para um momento destes, mas que Portugal e todos os países mostraram uma capacidade de adaptação e de reforço das competências digitais, sendo necessário garantir que esses benefícios são aplicados como complemento ao regime presencial.

Questionado sobre o facto de muitos países marginalizarem os seus professores, e descuidarem a sua formação inicial e contínua, o desenvolvimento da sua carreira, a sua condição docente e as suas reais condições de trabalho, Paulo Santiago afirmou que não acreditava "que algum país marginalize os seus professores. Mas há lugares onde têm mais formação e isso acaba por lhes oferecer mais estatuto. Apesar de as circunstâncias e contextos serem diferentes de país para país, todos vêem nos professores alguém importante na sociedade".

Sobre o Teletrabalho em Educação, o especialista na análise de políticas educativas assumiu que tem vantagens, mas a parte principal da avaliação formativa, que é observar e interagir com o aluno, perde-se com os meios digitais, sendo por isso um método que ainda cria muitas dúvidas.

## ACESSO AO ENSINO SUPERIOR/AVALIAÇÃO EXTERNA

Paulo Santiago defendeu a necessidade de se repensar o acesso ao ensino superior em Portugal, nomeadamente com a eventual participação das respetivas instituições, politécnicos e universidades: "Há países que fazem entrevistas, outros que pedem trabalhos, provas e que determinam a vocação e motivação para a profissão. Mas acima de tudo têm de ser encontrados processos para o acesso ser o mais justo possível e que a justiça e equidade no acesso sejam sempre garantidas".

Apresentando uma visão do exterior, o orador convidado referiu, relativamente aos professores portugueses, que Portugal desenvolve pouco as formações contínuas e que tem de se assegurar que os docentes têm tempo, disponibilidade e recursos para o seu desenvolvimento profissional e de forma gratuita, pois "tem de haver um incentivo", defendeu Paulo Santiago.

Já sobre o papel dos parceiros sociais, o representante da OCDE chamou de "fundamental no desenvolvimento de políticas educativas", referindo o projeto 2030 da OCDE onde "incluímos também o 'input' dos alunos. Todos os atores têm de ir à mesa discutir e acompanhar essas políticas".

Numa previsão para o futuro, Paulo Santiago catalogou os professores como facilitadores insubstituíveis nos processos de aprendizagem, pedindo-se que tenham um papel social cada vez maior, assegurando os equilíbrios e as necessidades individuais dos alunos.

Na parte final deste webinar, Joaquim Santos colocou várias questões ao orador convidado, com destaque para as formas de se operacionalizar a avaliação individualizada, com Paulo Santiago a assumir que esse aspeto vai requerer mais recursos, contextos mais favoráveis - como turmas mais pequenas ou dois professores na sala de aula -, assim como na questão da avaliação formativa ser considerada de modo adequado, em vez de se sobrevalorizar a avaliação quantitativa.

Paulo Santiago sublinhou que "a sociedade ainda valoriza muito a quantidade. E isso vem dos pais, pois mesmo quando uma explicação mais qualitativa é disponibilizada os pais, no final, querem é saber da nota. Mas essa nota por si não basta e tem de servir para dar mais informação, pois dessa forma os

países podem perceber como colaborar de forma mais apropriada no desenvolvimento social do filho".

Pedro Barreiros tomou então as rédeas ao webinar e selecionou algumas das questões levantadas pelos participantes ao orador. Uma delas foi o tema da inclusão, questionando-se se deveria existir uma colaboração profunda entre o professor de alunos com necessidades educativas especiais e o professor de cada disciplina, com Paulo Santiago a considerar que "deve existir uma dimensão de equidade na avaliação e que todos os países devem criar técnicas de ajuste que ofereçam soluções justas para o melhor dos seus alunos".

A fechar, e em jeito de resumo, Paulo Santiago lembrou que a pandemia veio mostrar como o professor é um ator fundamental na sociedade. Os cenários variam consoante os sistemas de ensino de cada país, mas o professor vai estar sempre presente no centro educativo, "sendo um facilitador de aprendizagem, do acompanhamento do aluno, nunca perdendo assim a importância do seu papel".



# FNE apresentou propostas para lançamento de novo ano letivo em condições adequadas

---

A FNE reuniu com o Ministério da Educação (ME) num encontro em formato de videoconferência, que serviu para a FNE apresentar as suas perspetivas em relação ao lançamento do próximo ano letivo, quer em relação à questão do calendário, quer ao Despacho de Organização do Ano Letivo (OAL).

Uma das situações em debate foi a questão do amianto nas escolas, que, não correspondendo inteiramente à agenda da reunião, merece, no entanto, a total atenção da nossa parte, com a FNE a exigir que a lista entretanto divulgada com as escolas que vão ser intervencionadas, seja completa relativamente a todas as circunstâncias onde exista utilização de fibrocimento nas instalações.

Já relativamente ao próximo ano letivo, a FNE começou por demonstrar que não prescinde de ter uma papel ativo na produção de legislação relativa ao calendário escolar e ao OAL, mostrando depois concordância com a perspetiva do ME de que, existindo condições sanitárias, a atividade presencial deve ser a prioridade, admitindo também que em função do que for o desenvolvimento da pandemia, nomeadamente no outono/inverno, exista flexibilidade legislativa para fazer as adequações que forem necessárias permitindo conjugação do presencial com o formato a distância caso seja necessário.

Mas a FNE levantou algumas dúvidas sobre a atividade presencial no calendário estabelecido para o próximo ano letivo, a começar pelos direitos dos professores do ensino secundário envolvidos no serviço de exames.

É preciso respeitar o tempo de férias destes docentes, garantindo a estes ainda o tempo de preparação necessário para o início do novo ano e a não sobreposição de atividades letivas e de exames.

A FNE sublinhou ainda que vai ser imprescindível realizar um trabalho de superação das dificuldades, de recuperação das aprendizagens dos alunos, tendo, portanto, de existir todo um esforço de compensação relativo adaptado à realidade concreta de cada aluno.

Considerou-se não existir um número certo e adequado à recuperação dos alunos e daí a FNE ter insistido na autonomia das escolas para que estas possam adaptar e ter flexibilidade que lhes permitam garantir que as aprendizagens essenciais são realizadas.

A FNE considerou ainda que grande parte da operacionalização do regresso às aulas em setembro passa pelo respeito das condições de saúde de Docentes e Trabalhadores Não Docentes, tendo de ser

garantidos os mecanismos que façam cumprir as orientações da DGS relativamente a distâncias, número de pessoas em cada espaço, à atividade física e artística.

A atividade presencial é defendida pela FNE, mas admitiu também o recurso ao ensino a distância e às ferramentas digitais, sendo que a utilização dessas ferramentas por parte dos professores carece de regulamentação de teletrabalho.

Aquilo que existia na legislação anterior tem de ser adequado a este novo contexto ao nível da obrigação da entidade patronal fornecer o material para o trabalho a distância ou a comparticipação que os Docentes tenham para realizar o seu trabalho remoto.

Esta foi, portanto, uma reunião exploratória, bastante genérica, onde a FNE deixou algumas mensagens e avisos relativamente a situações concretas que esperamos agora tenham continuidade em processos negociais que possam produzir legislação adequada.

Da parte da FNE não vai existir, relativamente à preservação da saúde e respeito pela dignidade profissional de todos os que representamos, qualquer transigência ou desistência.

## FNE pediu transparência no acesso aos 5º e 7º escalões

---

A FNE enviou ao Ministério da Educação (ME), um ofício relativo ao processo de acesso às vagas determinadas para os 5º e 7º escalões.

A FNE lembrou que quando esta medida foi imposta pelo ME, defendeu sempre que a publicação desta Portaria fosse sujeita a negociação sindical, o que foi sempre negado. Por isso mostrou a sua discordância com o que considerava ser um constrangimento meramente administrativo de desenvolvimento da carreira docente, o qual em nada contribuía para a valorização desta carreira, constituindo até fator de desmotivação e de diminuição da sua atratividade.

E o Ministério da Educação insistiu na continuação deste procedimento, determinando até um número de vagas excessivamente curto, o que fez com que as expectativas legítimas dos docentes quanto à possibilidade de atingirem os níveis remuneratórios mais elevados fossem muito diminutas, com todas as consequências ao nível da adesão à carreira.

Entretanto, para o presente ano letivo, terminou o prazo de reclamações relativas às listas provisórias de graduação dos candidatos, aguardando-se agora a publicação das listas definitivas, algo que a FNE já tinha verificado alertando que as listas provisórias eram muito insuficientes em termos de informação que permitisse a verificação da justa posição relativa de cada um dos candidatos, em função da diversidade de situações que pode ocorrer no desenvolvimento da carreira de cada um.

Por isso a FNE defendeu que importava a divulgação pública do tempo de serviço contabilizado em dias, considerado para efeitos de progressão, prestado no escalão, bem como a avaliação do desempenho imediatamente anterior à progressão, apurada quantitativamente até às milésimas e, finalmente, idade/data de nascimento.

Seria então desejável que pudesse ocorrer uma nova divulgação das listas relativas a esta situação, já com os dados que a FNE considera como essenciais, com reabertura do processo de reclamações.

Não havendo lugar ao reinício do processo de divulgação das listas provisórias, a FNE reclamou junto do ME que, na divulgação das listas definitivas, em relação às quais vai ser possível apresentar reclamações, aqueles dados sejam disponibilizados.

Neste quadro, a FNE exigiu toda a transparência, em nome dos direitos de todos os candidatos.



## A FNE insistiu na concretização da remoção total do amianto nas nossas escolas

---



A FNE registou que o Governo acabava de incluir no Programa de Estabilização Social e Económica a intenção de financiar as autarquias locais no sentido de se trabalhar para a remoção do amianto nas escolas.

A FNE saudou aquele anúncio que visava dar seguimento ao processo de remoção de amianto das escolas, o qual deve ser concretizado tão rapidamente quanto possível, embora tendo consciência de que não há condições técnicas para o realizar integralmente até setembro próximo.

Por isso, a FNE insistiu na proposta que consta do Roteiro para a Legislatura que oportunamente apresentou ao Governo e no qual se referia que essa remoção deveria ser concluída até ao final de julho de 2021. Por isso entende que devem ser adotados todos os procedimentos que possam conduzir a esse objetivo.

Por outro lado, a FNE chamou a atenção para a insuficiência da intenção anunciada, por entender que a medida de remoção não se pode circunscrever às escolas consideradas prioritárias, devendo abranger a totalidade das escolas onde ainda possam existir materiais com amianto, e que não se circunscrevem àquelas onde existe fibrocimento.

A este propósito, a FNE lamentou de novo que continue a não ser divulgada a listagem dos edifícios, instalações e equipamentos públicos, através da qual fosse possível consultar a classificação atribuída a cada uma das situações, bem como saber a calendarização prevista para a remoção e monitorização dos mesmos.

Como ficou comprovado, pela pandemia que estamos a atravessar e a combater, existem “inimigos invisíveis” para os quais temos de encontrar respostas que defendam a saúde das pessoas.

Entretanto, a 23 de junho, no [Despacho n.º 6573-A/2020](#) o Governo identificou as escolas com necessidade de intervenções de remoção e substituição de amianto.

## A propósito do Programa de Estabilização Social e Económica

# No combate à crise, a Educação tem de ser uma prioridade

A FNE considerou indispensável que as medidas a adotar na área da Educação com o objetivo de combater e ultrapassar os efeitos sociais da pandemia do COVID-19 não se reduzam ao investimento, certamente indispensável, na área da digitalização, mas que se apliquem também sobre as condições de que as escolas devem estar dotadas para a redução das enormes desigualdades que ainda marcam a nossa sociedade, que se dirijam para a melhoria das condições de trabalho e de proteção e segurança de todos os profissionais da educação, bem como para a sua valorização.

O Governo divulgou em junho as linhas gerais do Programa de Estabilização Social e Económica, no quadro da apresentação do Orçamento Suplementar que se torna incontornável nas atuais condições que o país vive.

A crise social e económica associada à pandemia do COVID-19, obviamente inesperada, não poderia ter mecanismos que prevenissem a dimensão dos efeitos que provocou e por isso se torna indispensável que se determinem agora as respostas adequadas, as quais, tendo certamente uma componente económica, não podem deixar de privilegiar a dimensão social.

E neste domínio social a componente da Educação é incluída no documento divulgado, o qual refere a universalização da Escola Digital, na qual se inclui a universalização do acesso e utilização de recursos didáticos e educativos digitais por todos os alunos e docentes. De acordo com o documento divulgado, numa primeira fase prevê-se:

- Ao nível infraestrutural, adquirir computadores, conectividade e licenças de software para as escolas públicas, dando prioridade aos alunos abrangidos por apoios no âmbito da ação social escolar;
- Desenvolver um programa de capacitação digital dos docentes;
- Incrementar a desmaterialização de manuais escolares e a produção de novos recursos digitais.

A FNE saudou as intenções ali anunciadas, recordando que não será certamente suficiente entregar equipamento informático às escolas, uma vez que rapidamente se tornará obsoleto ou inútil se não lhe estiverem associados os técnicos que permitam a sua manutenção e atualização, bem como a gestão da rede e a sua proteção e segurança.

Mas a FNE anotou ainda que estas medidas devem ser complementadas com outras intervenções ao nível de mudanças organizacionais e curriculares que se poderiam agora definir na sequência de um debate sobre inovações que possam aproveitar-se das múltiplas experiências locais que nos últimos tempos se realizaram por todo o país e que possam melhorar a qualidade do nosso sistema educativo. A FNE espera ainda ser chamada para dar o seu contributo, no sentido da concretização destes objetivos.

Com este entendimento, a FNE considerou imprescindível que o Governo reconheça que as condições de preparação e de lançamento do próximo ano letivo devem merecer uma ponderação e uma participação ativa dos diferentes parceiros, nomeadamente da FNE.

A Educação deve ser encarada na atual situação que o País vive como uma prioridade para a qualidade do desenvolvimento e para o reforço da coesão e da equidade.



# NÃO DOCENTES

## O que aprendemos nesta pandemia?



Em tempos de crise é fácil perder a perspetiva e deixarmo-nos levar pela ansiedade e pelo medo.

Em 1947 Albert Camus lançava o livro “A Peste”. A ação é passada numa pequena cidade da costa argelina, por volta de 1940, a vida dos habitantes da cidade de Orã é tranquila e segue a sua rotina normal, até que milhares de ratos começam a surgir dos esgotos e a morrer aos milhares pela cidade. Rapidamente se alastra uma epidemia e as pessoas começam a apanhar a doença que dizimou os ratos — e o seu destino é, em muitos casos, o mesmo.

Nesta obra Camus põe em evidência o comportamento humano perante as adversidades: os que se aproveitavam da situação em benefício próprio, os que se preocupavam consigo e com os outros, os que encontraram uma razão para viver com novas perspetivas de vida, os que deixaram a melancolia entrar e desistiram de viver.

O que vivemos atualmente mais não é do que aquela obra de Camus aplicada à nossa realidade.

E que lições tiramos daí?

### SAIR DA NOSSA ZONA DE CONFORTO

Preocuparmo-nos menos com a nossa situação e focarmo-nos mais em ajudar os outros ajuda-nos a combater o isolamento e a angústia. Tal como acontece com o pânico, a confiança também é contagiante.

### ACEITAR OS DESAFIOS

As crises potenciam novas aprendizagens ao ser humano no sentido de se aperceber que nada está garantido e que não vale a pena insistir no passado. Esta fase é de renovação e, por isso, a melhor estratégia é abraçar a mudança — explorar novas ideias, novas ferramentas e novos recursos, que abram oportunidades inteiramente novas e que o poderão ajudar a alcançar mais do que alguma vez logrou alcançar no passado.

### CRIATIVIDADE

O segredo para enfrentar, com sucesso, a sensação de derrota por não controlar o mundo à sua volta é aceitar que, na realidade, não controlamos os acontecimentos, mas o que podemos controlar, sim, é a criatividade com que respondemos a estes acontecimentos.

### AGRADECER-RECLAMAR

Nos tempos que correm temos duas alternativas: ou nos queixamos das coisas que estão fora do nosso controlo, ou mostramos gratidão por tudo aquilo que ainda temos a nosso favor, neste momento, e por aqueles que nos dão suporte na retaguarda.

A escolha será sempre sua!

**Cristina Ferreira**  
Presidente do STAAESuIRA

# Diplomas publicados em Diário da República de 26 de maio a 25 de junho de 2020

[Despacho nº 5874/2020](#)

[DR nº 104/2020, Série II de 2020-05-28](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior*

Reconhecimento automático dos graus académicos de ensino superior conferidos na Venezuela, ao abrigo do Decreto-Lei nº 66/2018, de 16 de agosto

[Lei nº 16/2020 - DR nº 105/2020](#)

[Série I de 2020-05-29](#)

*Assembleia da República*

Altera as medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19, procedendo à quarta alteração à Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, à primeira alteração à Lei nº 9/2020, de 10 de abril, e à décima segunda alteração ao Decreto-Lei nº 10-A/2020, de 13 de março.

[Declaração de Retificação nº 23/2020](#)

[DR nº 105/2020, Série I de 2020-05-29](#)

*Assembleia da República*

Retifica a Lei nº 2/2020, de 31 de março, «Orçamento do Estado para 2020».

[Decreto-Lei nº 24-A/2020 - DR nº 105/2020](#)

[1º Suplemento, Série I de 2020-05-29](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 40-A/2020](#)

[DR nº 105/2020, 1º Suplemento](#)

[Série I de 2020-05-29](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Declaração de Retificação nº 23-A/2020](#)

[DR nº 109/2020, 1º Suplemento](#)

[Série I de 2020-06-04](#)

*Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral*

Retifica a Resolução do Conselho de Ministros nº 40-A/2020, de 29 de maio, que prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 41/2020](#)

[DR nº 110-A/2020, Série I de 2020-06-06](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Aprova o Programa de Estabilização Económica e Social





[Resolução do Conselho de Ministros nº 43-B/2020](#)

[DR nº 113/2020, 2º Suplemento](#)

[Série I de 2020-06-12](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Despacho nº 6343-B/2020- DR nº 114/2020](#)

[1º Suplemento, Série II de 2020-06-15](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro*

Estabelece, para o ano letivo de 2020/2021, as vagas para ingresso nos ciclos de estudos de licenciatura e integrados de mestrado em cada par instituição/ciclo de estudos, através de concursos especiais para acesso e ingresso no ensino superior e dos concursos de mudança de curso e de transferência para o 1.º ano curricular.

[Despacho nº 6343-C/2020 - DR nº 114/2020](#)

[1º Suplemento, Série II de 2020-06-15](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro*

Determina as orientações para a fixação de vagas para o concurso nacional de acesso e concursos locais de acesso no ano letivo de 2020-2021.

[Declaração de Retificação nº 441/2020](#)

[DR nº 115/2020, Série II de 2020-06-16](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior*

Retifica o Despacho nº 5874/2020, publicado no DR, 2.ª série, nº 104, de 28 de maio de 2020.

[Despacho nº 6352/2020 - DR nº 115/2020](#)

[Série II de 2020-06-16](#)

*Educação - Gabinete da Secretária de Estado da Educação*

Procede à alteração, para vigorar no ano de 2020, ao Manual de Apoio à Reutilização de Manuais Escolares, aprovado e publicado como anexo i do Despacho nº 921/2019, publicado no DR, 2.ª série, nº 17, de 24 de janeiro de 2019.

[Despacho nº 6345/2020 - DR nº 115/2020](#)

[Série II de 2020-06-16](#)

*Economia e Transição Digital, Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.*  
Constituição e regulamentação dos Conselhos Sectoriais para a Qualificação.

[Despacho nº 6413/2020 - DR nº 117/2020](#)

[Série II de 2020-06-18](#)

*Educação - Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e da Educação e da Secretária de Estado da Educação*

Designa para exercer o cargo de diretor-geral dos Estabelecimentos Escolares, em regime de substituição, o licenciado João Miguel dos Santos Gonçalves.

[Decreto-Lei nº 27-A/2020 - DR nº 118/2020](#)

[2º Suplemento, Série I de 2020-06-19](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Altera o regime da organização e funcionamento do XXII Governo Constitucional.

[Portaria nº 150/2020 - DR nº 119/2020](#)

[Série I de 2020-06-22](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*

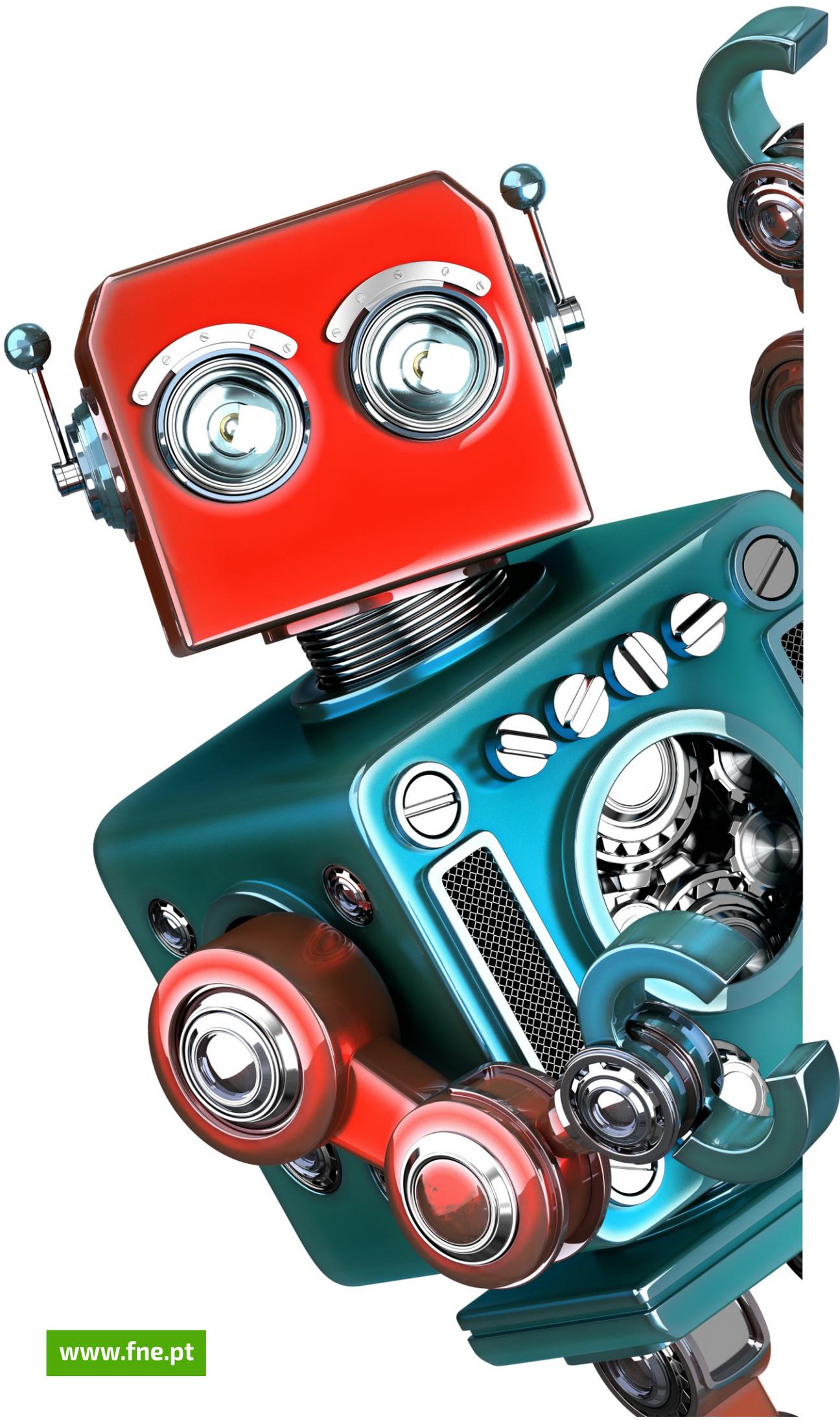
Terceira alteração à Portaria nº 181-D/2015, de 19 de junho, regulamentando a candidatura às instituições de ensino superior públicas para os estudantes que tenham concluído o nível secundário de educação por vias profissionalizantes ou em cursos artísticos especializados.

[Despacho nº 6573-A/2020 - DR nº 120/2020](#)

[1º Suplemento, Série II de 2020-06-23](#)

*Educação e Coesão Territorial - Gabinetes do Ministro da Educação e da Ministra da Coesão Territorial*

Identifica equipamentos escolares para intervenções de remoção e substituição do amianto.



[www.fne.pt](http://www.fne.pt)



**+Vantagens**

*Protocolos*

	LOCALIZAÇÃO	DESCONTO ASSOCIADO
 <p>Agência Viagens PAXTUR</p>	Porto	10% na prestação de diversos serviços de viagens, excetuando o fornecimento de bilhetes de avião, comboio, promoções especiais, suplementos adicionais aos programas, taxas aeroporto ou portos
  <p>Available &amp; Incredible Unipessoal Turismo, Cultura e Lazer Lda DOUROWELLCOME Ponto por Ponto (Dr. Mário Carvalho)</p>	Vila Real	5% sobre os programas disponíveis nos catálogos Portugal Cultural e Turismo Cultural  10% sobre os programas sobre todos os programas do Dourowellcome
 <p>Barcadouro, Lda</p>	Porto	15% adultos 50% crianças entre os 4 e 11 anos Grupo de 50 ou mais pessoas, negociados caso a caso
 <p>Casais do Termo</p>	Pedrogão Grande	10% desconto

	LOCALIZAÇÃO	DESCONTO ASSOCIADO
 <b>DEOLINDA</b> seguros	Coimbra	Conforme tabela
Deolinda Serrano Pezudo Mediadora Exclusiva		
 <b>MGEN</b>	Lisboa	<p>Sem limite de idade, sem exclusões e vitalício. Disponível para todos os trabalhadores da educação membros da FNE</p> <p>A FNE celebrou um protocolo com a MGEN, uma das principais mutualistas da Europa, e, disponibiliza a partir de hoje um seguro de saúde que oferece condições excecionais aos trabalhadores da educação que pertencem aos sindicatos membros da FNE – docentes, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais. Numa altura em que aumentam as preocupações com a proteção na saúde, a FNE, oferece uma solução que proporciona condições únicas aos seus associados.</p> <p>Com este Seguro de Saúde FNE ninguém vai ficar para trás. As vantagens passam por não discriminar a idade ou estado de saúde no momento da adesão. É um seguro de saúde vitalício e sem exclusões, mesmo acima dos 65 anos. Para ficar a par de todas as vantagens deste novo instrumento de proteção social e ter informações sobre condições de adesão consulte a página da MGEN. Pode igualmente descarregar a folha de adesão aqui.</p>

# TELETRABALHO EM EDUCAÇÃO



www.fne.pt

Combate à desregulação do tempo de trabalho

Direito a desligar

Atribuição dos recursos indispensáveis e  
compensação dos gastos acrescidos

Defesa da saúde

Investimento na formação contínua  
para as ferramentas digitais

Cibersegurança

Proteção das pessoas e dos dados individuais

Conciliação da vida profissional  
com a vida familiar e pessoal



**spzn**  
Sindicato  
PROFESSORES DA ZONA NORTE

**SPZC**  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA ZONA CENTRO



**SDP**  
SUL

**SDPA**  
SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS  
PROFESSORES DOS AÇORES



**SMAE**  
ZONA NORTE

**SMAE**  
ZONA CENTRO

**SMAE**  
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS